

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 28 SETEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional dos profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras e adota providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPORANGA, Estado de São Paulo, no uso de atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar assistência financeira complementar recebida da União, destinada ao cumprimento do piso salarial nacional dos profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras, nos termos dos §§ 12 a 15 do artigo 198 da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Art. 2º O Poder Executivo repassará os recursos em conformidade com os critérios e procedimentos da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, ou de outra que vier a substituí-la ou complementá-la, na forma de Auxílio Financeiro Complementar.

Parágrafo único. Farão jus ao Auxílio Financeiro Complementar:

I – no âmbito da Administração Municipal, os exercentes dos empregos e cargos públicos privativamente ocupados por profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras;

II – no âmbito das entidades privadas, os profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras com vínculo de trabalho com:

- a) As entidades sem fins lucrativos, com Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CBAS) na área de saúde vigente; e
- b) As entidades contratualizadas ou conveniadas, nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição da República Federativa do Brasil, que atendam, pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 3º O piso nacional dos profissionais de que trata o art. 1º desta Lei será cumprido por meio de repasse de Auxílio Financeiro Complementar, de valor variável individualmente a cada profissional e determinado a partir da diferença entre o piso legal e a soma do vencimento básico com todas as parcelas remuneratórias fixas, gerias e permanentes.

§ 1º. O piso salarial nacional, estabelecido pela Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, refere-se à carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de

trabalho, devendo ser calculado o piso legal, assim considerado aquele proporcional à carga horária semanal determinada em lei ou contrato de trabalho.

§ 2º. Para os fins desta Lei, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, ou de outra que vier a substituí-la ou complementá-la, as parcelas remuneratórias fixas, gerais e permanentes compreendem as vantagens pecuniárias de natureza:

I – fixa, como sendo as parcelas cujos valores não variam em virtude de eventuais requisitos, condições ou circunstâncias pessoais específicas, sendo o pagamento em valores iguais para todos os agentes públicos de cargos ou empregos público e jornada de trabalho idênticos;

II – geral, como sendo as vantagens pecuniárias pagas indistintamente a todos os agentes públicos investidos naquele mesmo cargo ou emprego público; e

III – permanente, como sendo as contraprestações pecuniárias que não são transitórias ou temporárias e que são atreladas ao exercício de cargo ou emprego, e não ao funcionário que o ocupa.

Art. 4º O pagamento do Auxílio Financeiro Complementar aos profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras, em cumprimento ao piso nacional de que trata a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, está condicionado ao repasse de recursos da União, nos termos dos §§ 14 e 15 do art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil, transferidos na modalidade fundo a fundo pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário e tendo seus efeitos retroagindo a 1º de maio de 2023.

DOUGLAS ROBERTO BENINI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 9, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023

Senhores Vereadores,

Através do presente Projeto de Lei Complementar, busca-se autorização legislativa para que se possa efetuar o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional dos profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras.

Como é de conhecimento público e notório, a Lei 14.434/2022 fixou o novo piso da enfermagem e o Ministério da Saúde, por intermédio da Portaria GM/MS nº 1.135/2023, regulamentou os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar recebida da União e destinada ao cumprimento do piso salarial da enfermagem.

Insta ressaltar que a União repassou ao nosso município os valores referentes ao período de maio a agosto deste ano.

Portanto, rogamos a esta Nobre Casa de Leis a aprovação do Projeto de Lei Complementar em questão, a fim de que a administração possa adotar as medidas necessárias para efetuar o repasse dos valores recebidos da União aos profissionais de enfermagem.

Atenciosamente,

DOUGLAS ROBERTO BENINI
Prefeito Municipal

Itaporanga, 28 de setembro de 2023.

OFÍCIO Nº 550/2023

Senhor Presidente,

Venho, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 9/2023, que trata sobre autorização legislativa para que se possa efetuar o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional dos profissionais enfermeiros, enfermeiros do trabalho, técnicos de enfermagem, técnicos de enfermagem do trabalho, auxiliares de enfermagem e parteiras.

No ensejo, registro meus cumprimentos e reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

DOUGLAS ROBERTO BENINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ao Exmo. Sr.

Fábio Bruno Gurgel Benini

Presidente da Câmara Municipal de Itaporanga/SP